

ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL: CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA LUTA CONTRA O RACISMO VELADO.

*Ivaldo Marciano de França Lima**

RESUMO:

Este artigo objetiva discutir questões relativas ao ensino de História da África e da cultura afro-descendente no Brasil, relacionando a história das demandas sociais criadas e conquistadas pelo movimento negro com a luta contra o racismo. Nesse sentido, discutem-se o descaso com que a História da África foi tratada no Brasil, bem como a necessidade histórica de se formar pesquisadores sobre o tema. Em um segundo momento, será abordado o histórico da lei 10.639/2003, relacionando-o com as demandas do movimento negro.

Palavras-chave: História da África; cultura afro-descendente; lei 10.639/2003.

Estas linhas têm como principal objetivo discutir algumas questões pertinentes ao ensino de História da África nas universidades e escolas do nível médio e fundamental, e de como estes conteúdos, tornados obrigatórios a partir da lei 10639/2003, foram e ainda são vitimados pelo forte preconceito que se abate sobre tudo o que lembra o continente africano e os seus mais diretos herdeiros – no caso, os negros e negras brasileiras.¹ Ressalto que este artigo comunga da compreensão de que o

* Mestre em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

1 Agradeço imensamente às Prof^{as}. Norma Vasconcelos e Geysa Araújo por terem lido e corrigido este trabalho, acrescentando várias sugestões que foram incorporadas ao longo do texto. Agradeço também às alunas e alunos do curso de Pedagogia dos núcleos de Serra

nosso país necessita, para caminhar em direção a um futuro melhor e mais harmônico, rever as questões relacionadas às relações raciais existentes em nossa sociedade. Ao contrário do que se afirma desde os anos 30, que predomina em nosso seio boas relações raciais, consubstanciando o que se convencionou denominar por democracia racial – o Brasil é um país permeado por um racismo dissimulado, definido por Lilian Schwarcz pelo termo de “racismo à brasileira”.²

Ressalto que o conceito de raça aqui empregado não é aquele largamente utilizado pelos intelectuais do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Raça é aqui entendida como um constructo sócio-cultural, um discurso que interfere nas práticas e realidades entre homens e mulheres que vivem em sociedade. De tal modo, quando me refiro ao conceito de raça, não estou partilhando da idéia de que existem diferenças biológicas entre homens e mulheres, mas afirmando que estes/estas constroem realidades em que as diferenças estão imbricadas nos processos sócio-econômicos. No caso de nosso país, por mais que alguns intelectuais, à luz das teses freyrianas afirmem não existirem raças, que só há a espécie humana, os dados do IBGE, do IPEA³ e de outras instituições de pesquisa informam que os negros e negras possuem os piores índices sócio-econômicos. Na atualidade, há um forte debate em torno da aplicação de políticas afirmativas na sociedade brasileira. Alguns setores da intelectualidade afirmam, no entanto, que, por ser o Brasil uma democracia racial, tais políticas afirmativas iriam apenas acirrar o ódio e a tensão racial. Algumas das principais políticas afirmativas

Talhada e Nossa Senhora do Carmo (Recife), – 4º E/F por terem me fornecido um sem número de informações ao longo das aulas em que estivemos juntos. Devo ressaltar que uma das principais questões que me fazem ter imenso prazer no exercício da docência na UVA está relacionada ao fato de que a maior parte dos seus alunos e alunas são oriundos das camadas populares, muitos dos quais negros e negras historicamente excluídos do Ensino Superior brasileiro e agora incorporados nos diversos núcleos dos cursos da Universidade Vale do Acaraú.

- 2 SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.** In: *História da vida privada*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 173 – 244.
- 3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas.

propostas por diversos grupos do movimento negro são as quotas raciais para negros e negras no Ensino Público Superior, e a adoção do Estatuto da Igualdade Racial, que tramita na Câmara Federal por intermédio da proposta do Senador Paulo Paim.⁴

Este “racismo à brasileira” que, por muito tempo, foi camuflado pelo conceito de democracia racial, é uma das principais razões para entendermos os porquês de nosso desconhecimento em relação ao continente africano, seus povos, línguas, culturas, concepções filosóficas, meio-físico e tipos humanos. Não há nenhuma outra razão que justifique o fato de termos pouquíssimos estudos sobre os países e povos africanos, em contraste com as muitas pesquisas sobre os países europeus, a não ser o evidente eurocentrismo que ainda domina nos cursos de História no Brasil.⁵ Aliás, pouquíssimas são as universidades, ainda hoje, que possuem em sua grade curricular o ensino de História da África. Em Pernambuco, por exemplo, nem a UFPE ou a UPE oferecem aos seus alunos tal disciplina. Na UFRPE criou-se, recentemente, uma disciplina contemplando o estudo da História do continente africano; mas, em geral, o que prevalece na maior parte das universidades, mesmo levando em conta as pressões que vêm sendo feitas por parte dos movimentos negros organizados, é o de certo descaso para com o estudo da História da África. O que justifica esta realidade, uma vez que o Brasil tem a segunda maior população negra do mundo, algo em torno de aproximadamente quarenta e seis por cento?

4 Sobre as propostas dos setores que são contra as políticas afirmativas, ver: KAMEL, Ali. *Não somos racistas – uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006; FRY, Peter; MAGGIE, Yvonne; et all (orgs). *Divisões Perigosas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; FRY, Peter. *A persistência da raça – ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. Grande parte dos argumentos defendidos por estes intelectuais são atualizações das obras de Gilberto Freyre. Ver: FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala. Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

5 Sobre o racismo, ver: HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilian Moritz. *Estudos e pesquisas – racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da Sociedade Brasileira*. Niterói: Ed. UFF, 1998.

1. HISTÓRIA DA ÁFRICA: ALGUMAS QUESTÕES PARA O DESCASO.

Até os anos 30, prevaleceu no país uma realidade em que o branqueamento era incentivado, seja através do incentivo direto à imigração européia, seja através do que se convencionou chamar de “racismo científico”. De modo geral, o darwinismo social teve boa aceitação entre os intelectuais brasileiros no final do século XIX e início do século XX.⁶ A condenação da mestiçagem era a tônica dos trabalhos de grandes estudiosos, a exemplo de Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Sílvio Romero.⁷ O Brasil não podia aspirar ao futuro enquanto dispusesse de um vasto contingente populacional negro e indígena. Desde o Segundo Império, mais precisamente na segunda metade do século XIX, a imigração européia era incentivada com vistas ao branqueamento da população brasileira; em contrapartida, a entrada de negros no país foi expressamente proibida.⁸ Acrescenta-se também o fato de que tanto as religiões negras, como as práticas e costumes culturais afro-descendentes sofreram forte perseguição nos últimos anos do século XIX e início do séc. XX.

6 A melhor definição para o darwinismo social que encontrei até o presente momento está em PEREIRA, Amauri Mendes. *Por que estudar a História da África?* Cadernos CEAP, Rio de Janeiro, 2006, p. 12: (...) Transposição acrítica da Teoria da Evolução das Espécies, do naturalista inglês Charles Darwin, para o plano da evolução humana. Sobre o darwinismo social, ver também: DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero, GLICK, Thomas (orgs). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003. Sobre a eugenia e políticas de branqueamento, ver: DIWAN, Pietra. *Raça pura – uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. Editora Contexto, São Paulo, 2007; STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia – raça, gênero e nação na América Latina*. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

7 Um bom panorama a respeito pode ser visto em: SCHWARCZ, Lilian K. Moritz. *Usos e abusos da mestiçagem no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX*. Afro-Ásia, nº 18, 1996, p. 77 – 101; Idem. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

8 Uma excelente abordagem sobre o assunto pode ser vista em: RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África – outro horizonte*. Civilização Brasileira, São Paulo, 1964.

As elites brasileiras desejavam se ver livres de um sério problema representado por sua vasta população negra. E o estudo nas universidades não poderia refletir uma situação diferente, posto que os intelectuais ainda hoje sejam, em sua imensa maioria, oriundos das camadas mais abastadas. Não havia motivos, portanto, para que se incentivasse a pesquisa de práticas consideradas selvagens e bárbaras. Tampouco se deveria conhecer mais a fundo um imenso continente sem história, como afirmara Hegel “A África não é um continente histórico, não demonstra nem mudança nem desenvolvimento”.⁹ O espelho em que nos víamos era europeu, berço da civilização, e branco, de cabelos lisos e olhos azuis. Faz-se necessário frisar, contudo, que as descobertas arqueológicas no Desfiladeiro Olduvai indicavam que os primeiros homens eram oriundos do continente africano. Roland Oliver, em uma de suas obras clássicas sobre a História da África, afirmou que:

(...) A primazia da África na evolução humana é uma descoberta recente que, até aqui, só teve tempo para produzir uma parcela do seu impacto potencial. Os homens de ciência já estão aprendendo a ver a África, não como um lugar atrasado e exótico, mas como o cenário da aquisição pelo homem de suas características genéticas mais profundas. É provável que, à medida que esse conhecimento se difunda e seja ponderado pela próxima geração de cientistas através de todo o espectro das disciplinas intelectuais, o mundo aprenda a pensar na África com mais respeito e os próprios africanos olhem seus companheiros com uma confiança nova. Se as descobertas recentes da biologia molecular alcançarem aceitação, não só para o fato de que o planeta foi primeiramente colonizado a partir da África, mas também que foi amplamente recolonizado pelo primeiro homem plenamente sapiente a se difundir, ainda uma vez, a partir da África no período dos últimos 250 mil anos, o impacto geral deverá ser ainda mais forte.¹⁰

9 HEGEL, Wilhelm Friedrich. Introdução à História da filosofia in *Hegel – Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 316 – 392.

10 OLIVER, Roland. *A experiência africana – da Pré-história aos dias atuais*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1994. p. 281.

O mundo desenvolvido, a partir de seus mais renomados cientistas, começava a se convencer da primazia africana. Os mais remotos indícios da aventura humana foram encontrados na África. “(...) Todos nós pertencemos à África”, afirmou Roland Oliver ao comentar sobre os intensos debates em torno das descobertas arqueológicas dos primeiros anos do século XX.¹¹ Os estudos da paisagem e da história do continente negro passavam a ser parte dos currículos das maiores universidades européias e americanas. A UNESCO lançou a idéia de se organizar uma grande pesquisa para reunir a maior parte das informações em torno da história do continente africano. As pesquisas e a coordenação desta grande empreitada foram entregues ao historiador Joseph Ki-zerbo, e o resultado desta foi a confecção de oito volumes, cada um com aproximadamente 800 páginas.¹² Os movimentos de independência dos países africanos propiciaram o surgimento de significativo número de intelectuais negros, que se voltam ao estudo da história de seu continente.¹³ Hegel e seus herdeiros se viam em apuros: a África não só tinha história, como possuía um passado com grandes e poderosos impérios. Era preciso estudar o que não se conhecia.¹⁴

Diante dos avanços em torno da História da África, pode-se dizer que, no âmbito das universidades brasileiras, pouca coisa mudou. Os

11 Idem, p. 11.

12 KI-ZERBO, J (coord). *História Geral da África I – Metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982; NIANE, D.T.(coord). *História Geral da África IV – A África do século XII ao século XVI*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1988; BOAHEN, A ADU (Coord.). *História Geral da África. A África sob dominação colonial*. Volume VII. São Paulo: Ática / UNESCO, 1991. Sobre o organizador desta pesquisa, Joseph Ki-zerbo, ver: KI-ZERBO, Joseph. *Para quando África? Entrevista com René Holenstein*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2006.

13 MACQUEEN, Norrie. *A descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império*. Mem Martins (Portugal): Editorial Inquérito, 1998; SANTIAGO, Theo (org.). *Descolonização*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

14 Sabe-se, nos dias atuais, após estudos feitos por diversos historiadores e especialistas sobre o continente africano, que a África foi o berço de vastos impérios. Sobre a história do continente africano, ver: PEREIRA, José Maria Nunes. *África: um novo olhar*. Rio de Janeiro:

livros didáticos continuavam trazendo poucas informações a respeito “do outro lado do Atlântico”, e a nossa história continuava marchando de mãos dadas com as visões eurocêntricas. Os anos 70, entretanto, traziam consigo o prenúncio da mudança. Novas demandas sociais, abertura política, retorno dos exilados para o país... Recrudescimento dos movimentos negro e de mulheres...

Em 1978, foi fundado o Movimento Negro Unificado, e, na Bahia, crescem os grupos e blocos afro, a exemplo do Ylê Aiyê e do Malê.¹⁵ Em São Paulo e no Rio de Janeiro, jovens negros começam a promover protestos e denúncias contra o racismo brasileiro e a “democracia racial”.¹⁶ Os anos 80 são marcados pelo crescimento dos movimentos negros organizados. Mesmo no Recife, militantes negros questionam publicamente a situação racial do país. Sugerem a mudança do nome do Parque Treze de Maio, situado no coração da capital pernambucana, para Praça Vinte de Novembro, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares. Nacionalmente, o movimento acumula forças para o grande salto.¹⁷ Se, nos anos 80, os grupos e as entidades do movimento negro já haviam conseguido a instalação da Fundação Palmares, tratava-se agora de desmascarar as teses freyrianas. Para Alexandre do Nascimento:

Cadernos CEAP 2006; GIORDANI, Mário Curtis. *História da África anterior aos descobrimentos*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985; KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. 02 vols. Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002; THORTNTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400 - 1800*. Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2004; SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. São Paulo/ Rio de Janeiro: EDUSP/Nova Fronteira, 1992; Idem. *A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002; Idem. *Francisco Félix de Souza – Mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

15 Sobre os blocos afro-baianos, ver: GUERREIRO, Goli. *A trama dos tambores – a música afro-pop de Salvador*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

16 Sobre os movimentos negros do Rio de Janeiro e de São Paulo, ver: HANCHARD, Michael, George. *Orfeu e o poder – movimento negro no Rio e em São Paulo (1945 -1988)*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001; MAUÉS, Maria Angélica Motta. *Negro sobre negro. A questão racial no pensamento das elites negras brasileiras*. Rio de Janeiro, Tese de doutorado em Sociologia no IUPERJ, 1997.

17 SILVEIRA, Oliveira. **Vinte de novembro: história e conteúdo** in: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). *Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: 2003, INEP/MEC, p. 21 – 42.

(...) A chamada “questão racial” só entrou de fato na agenda de debates das políticas públicas na metade dos anos de 1990. De uma forma geral, foi nesta década que a sociedade, o governo da União, as escolas e universidades, a mídia e outros entes estatais e privados passaram a discutir mais profundamente o racismo, o preconceito, a discriminação, a desigualdade racial e políticas contra esses problemas. Esse fato é resultado da luta histórica do Movimento Social Negro. (...) Um dos resultados positivos dessa luta histórica é que, hoje, mesmo com resistências de alguns setores da sociedade, não é mais possível negar que o racismo é uma questão presente na realidade concreta e que são necessárias políticas públicas chamadas de ação afirmativa – políticas específicas de promoção de igualdade de oportunidades e de condições concretas de participação na sociedade – para a superação do racismo, da discriminação e das desigualdades raciais.¹⁸

Ao longo dos anos 90, o governo brasileiro vai reconhecendo, mesmo que sob pressões internas e externas, a difícil situação dos negros e negras no país, e cria, em 20 de novembro de 1995, um Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar um diagnóstico sobre os problemas raciais brasileiros e apresentar propostas voltadas para a melhoria das condições de vida dos afro-descendentes.¹⁹ Os movimentos negros organizados ganham espaço e cada vez mais exigem respostas para os problemas relacionados à questão racial. O “problema” cresceu enormemente após o ano de 2001, quando da realização da:

18 NASCIMENTO, Alexandre. *Ação afirmativa – da luta do movimento social negro às políticas concretas*. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2006, p. 8.

19 O Governo Brasileiro reconheceu oficialmente, em 2003, a existência do racismo no país criando a SEPPIR, Secretaria Especial Para a Promoção da Igualdade Racial. Ressalte-se que o primeiro decreto-lei apresentado pelo Governo Lula, também no ano de 2003, foi a lei 10639/2003, que institui a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura afro-brasileira, objeto maior deste presente artigo.

(...) Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as formas conexas de Intolerância, começaram a surgir no Brasil, no âmbito das políticas públicas, as primeiras políticas concretas de ação afirmativa. Mais uma vez por pressão do movimento negro, que submeteu o Estado Brasileiro a um constrangimento no cenário internacional, denunciando o racismo, a falta de cumprimento de convenções internacionais e realizando uma manifestação no local da conferência, em Durban, exigindo políticas de ação afirmativa e cotas para negros nas universidades.²⁰

Após a eleição presidencial de 2002, em que se sagrou vitorioso o atual Presidente da República, o Excelentíssimo Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, a questão racial entrou definitivamente na agenda da sociedade. As pressões exigindo respostas para os sérios problemas raciais brasileiros resultaram na criação de uma Secretaria Especial com status de Ministério, e nas palavras da Ministra Matilde Ribeiro:

(...) Criada na atual gestão do governo federal, em março de 2003, a SEPPIR é uma resposta às demandas históricas do movimento negro, assumindo o legado da luta de combate ao racismo e a superação das desigualdades étnico-raciais, desafios de inclusão inerentes à História Republicana Brasileira. A constituição do órgão demonstra a existência do racismo em contraste à imagem de democracia racial difundida internacionalmente e revela, pela primeira vez, uma postura progressista do Governo Brasileiro ao estruturar um Ministério incumbido do trato das questões raciais.²¹

Este é o contexto em que se situa a lei 10639/2003. Sob o auspício de um decreto, o ensino da História e das Culturas Africana e Afro-brasileira passa a ser obrigatório nas escolas dos níveis médio e funda-

20 NASCIMENTO, Alexandre. op. cit, p. 15.

21 RIBEIRO, Matilde. Prefácio in PAIXÃO, Marcelo. *Manifesto anti-racista – idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&a Editores, 2006.

mental. É Evidente que se trata de uma lei positiva, no sentido de que propiciará a uma considerável parcela da Sociedade Brasileira conhecer parte de sua história, apontando para a perspectiva de entender um sem número de aspectos presentes tanto na identidade nacional, como nos costumes e práticas do cotidiano. Esta oportunidade, no entanto, só foi possível mediante decreto-lei, o que confirma as denúncias feitas ao longo dos anos por parte dos movimentos negros organizados de que a democracia racial brasileira não passava de um mito.

2. ÁFRICA: UMA VELHA (DES) CONHECIDA.

Creio que, a essa altura, o leitor já não mais necessita que se argumente a respeito da necessidade e da importância do estudo da História da África e da Cultura afro-descendente. Ao que me parece, deve-se ressaltar que não estou discorrendo sobre algo distante do povo brasileiro. A África, conforme já afirmei anteriormente, é uma ilustre desconhecida. Grosso modo, prevalecem os estereótipos de que se trata de um lugar assolado pelas guerras tribais, devastado pela fome e miséria.²² Mais recentemente, sobretudo nos últimos quinze anos, outro componente dramático passou a fazer parte de nosso imaginário a respeito do continente negro, qual seja o de um lugar tomado pela AIDS.²³ As imagens da Etiópia nos anos 80, e da Somália, nos anos 90, reforçaram o estigma de que este é um continente que não vale a pena, em virtude de sua “inviabilidade histórica”. Após as guerras envolvendo hutus e tutsis em Ruanda e

22 Sobre estas questões, ver: LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Tempo e instituições, lógicas não-ocidentais em alguns maracatus-nação: da África ao Brasil, a homogeneização das diversidades*. *Saeculum – Revista de História*, n.º 11, vol. 2, 2004, p. 72 – 84.

23 Sobre as guerras e a situação do continente africano, ver: MUNANGA, Kabengele. *Identidade étnica, poder e direitos humanos*. *Thot África*, n.º 80, 2004, p. 19 – 30; idem, **O subdesenvolvimento e as desigualdades sociais no continente africano** in: SUCUMA, Arnaldo; FLORES, Elio Chaves (orgs). *Caminhos para o desenvolvimento: convênios e saberes para o século XXI*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007; BEAH, Ismael. *Muito longe de casa – memórias de um menino soldado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

no Burundi, diferentes vozes da diplomacia do Primeiro Mundo defenderam a reavaliação dos sistemas de protetorado e tutela para alguns Estados Nacionais Africanos.²⁴ Evidentemente se tratavam de intelectuais “esquecidos” de que as maiores causas da difícil situação por que passa boa parte dos países africanos está diretamente relacionada aos processos de espoliação e exploração a que foram submetidos, desde a partilha do continente africano, realizado na Conferência de Berlim nos anos de 1884 e 1885.²⁵ A criação de Estados com fronteiras artificiais, desprovidos de uma estrutura material e econômica, tendo ainda o agravante de reunir em um mesmo país povos rivais historicamente, não poderia dar em outro resultado.

O continente africano, no entanto, não é apenas o lugar da miséria. Por mais que em nossas cabeças predomine, grosso modo, os estereótipos de que a África seja “um lugar povoado por africanos”, em que todos são excelentes percussionistas e selvagens, há que se ressaltar a extrema diversidade reinante nestas paragens. Não há nada que se possa afirmar como universal na África. Lá estão os indivíduos mais altos do planeta (os dinkas) e também os mais baixos (os pigmeus).

A respeito da diversidade lingüística, existem na África diversas línguas e dialetos, sendo os mesmos divididos em seis grandes grupos: o Níger-kordofaniano, que é subdividido em dois troncos (o Níger-congo e o Kordofaniano) e estes, por sua vez, dotados de subdivisões internas que agrupam diversos ramos lingüísticos (o Níger-congo possui os seguintes ramos: Atlântico Oeste, Mande, Voltaico,

24 GOUREVITCH, Phillip. *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. Histórias de Ruanda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; HATZFELD, Jean. *Uma temporada de facões. Relatos do genocídio em Ruanda*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. Sobre os conflitos envolvendo tutsis e hutus foram produzidos dois excelentes filmes: “Hotel Ruanda” e “Tiros em Ruanda”.

25 HOCHSCHILD, Adam. *O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999; WESSELING, H. L. *Dividir para dominar: A partilha da África 1880-1914*. Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998; MACKENZIE, J. M. *A partilha da África 1880-1900*. São Paulo: Ática, 1994; BRUNSCHWIG, Henri. *A partilha da África Negra*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

Kwa, Benue-congo, e Adamawa-Oriental, enquanto o Kordofaniano possui o Koalib, Tegali, Talodi, Tumtum e Katla); o Nilo-saariano, que possui aproximadamente nove ramos lingüísticos diferentes (Songai, Saariana, Maban, Fur, Sudanesa Oriental, Sudanesa Central, Berta, Kunama e Koman); a Afro-asiática, que possui seis subdivisões (Semítica, Egípcia, Berbere, Cusítica, Cádica e Omótica) e uma destas, a Cusítica, é dotada de aproximadamente quatro ramos diferentes (Bedja, Agaw, Cusítica E. e Cusítica S.), a Khoisan, que possui três subdivisões (Khoisan da África do Sul – que é também dotada de três ramos distintos: N. Khoisan, C. Khoisan e S. Khoisan –, Sandawe e Hatsa); o Indo-europeu, que foi introduzido no continente pelos colonizadores europeus, e o Malaio-polinésio, língua que foi trazida pelos colonizadores do sul da Ásia para Madagascar.

Além dessa imensa variedade lingüística, o continente africano também é dotado de uma grande diversidade religiosa, tanto no que diz respeito à existência das religiões, quanto às suas práticas e concepções. O pouco que conhecemos da África nesse aspecto, muitas vezes se restringe à religião dos Orixás, e é muito comum acharmos que “na África todos são grandes feiticeiros” ou que “todos são pagãos”, sem falar nas muitas visões estereotipadas de se afirmar a inexistência da fé em um Deus, “que todos os africanos são politeístas” ou coisa parecida. Podemos dizer que, do ponto de vista filosófico, existem diferentes concepções religiosas na África. A idéia da ancestralidade e da relação direta com o antepassado é uma prática bastante difundida entre muitos povos, (sobretudo os do tronco Níger-congo) enquanto que, entre os iorubás da Nigéria, ocorre uma espécie de politeísmo que está baseado na elevação de algum antepassado à condição de divindade. Os nuer e os masais (povos nilóticos do leste do Sudão) acreditam em uma divindade relacionada com o céu e a chuva, não conferindo aos antepassados um papel em especial.²⁶ Entre alguns dos povos khoisan,

26 PRITCHARD, E. E. Evans. *Os nuer - uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

existe a idéia de que a vida e as suas vicissitudes são reflexos de um dualismo existente no reino sobrenatural, sendo que o mesmo pode ser entre um Deus bom e um mal, ou entre um Deus bom contra vários espíritos malignos. Além das inúmeras concepções religiosas já citadas, há a presença de várias igrejas cristãs (algumas desde a Idade Média, como a Etíope) e do Islamismo, sendo este último muito forte na Região Norte e Nordeste do continente.

Tanto no que diz respeito aos sistemas políticos, como na organização das sociedades, há uma pluralidade em diversos níveis. No que tange às estruturas sociais existentes na África antes da chegada dos colonizadores europeus, podemos afirmar que estes encontraram diferentes sociedades organizadas sob muitas formas, bem como grandes reinos com administrações centralizadas e dotadas de intensas relações comerciais. Ainda hoje, coexistem na África sistemas políticos distintos, regimes patrilineares, matrilineares e sociedades com ou sem divisão de classes.²⁷

No tocante aos instrumentos musicais, bem como à forma de se executar as músicas, também não é possível estabelecer uma homogeneidade para os diferentes povos africanos. A música polirrítmica e a dança acompanhada de tambores constituem características dos povos pertencentes ao tronco cultural denominado de Níger-congo, apesar de que freqüentemente as mesmas são definidas como “genuinamente africanas”, a impressão que fica para nós, em termos gerais, é a de que na África prevalecem os instrumentos percussivos. Porém, há regiões da África em que outros estilos musicais são predominantes, como músicas feitas por cordas ou apenas com as vozes e o bater de palmas. A África possui, na Região Norte, uma forte presença dos instrumentos de

27 Sobre o continente africano, além da bibliografia citada, ver também: LOPES, Ana Mônica e ARNAUT, Luiz. *História da África – uma introdução*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005; PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato Pinto. *Ancestrais. Uma introdução à História da África Atlântica*. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2004; HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

cordas, fruto das culturas islamizadas e de outras tradições já existentes. Também encontramos a presença das cordas na África Central, em países como Burundi, Ruanda e talvez em outras partes do continente, devido às constantes trocas culturais existentes entre os povos. A presença das cordas, dos instrumentos de percussão e dos sopros pode nos indicar um pouco do quanto é representativa a diversidade musical do continente. Entretanto, podemos apontar que também existem grupos étnicos de povos caçadores-coletores que fazem suas músicas com vozes e palmas, sem dispor de instrumentos de nenhuma espécie que não sejam os sons proferidos a partir de seus corpos.²⁸

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico, não se pode atribuir ao continente africano uma situação de miséria extrema, posto que, se alguns países enfrentam situações econômicas extremamente delicadas, outros gozam de relativo desenvolvimento, a exemplo da África do Sul e da Namíbia. Este último, quando recebeu a visita de nosso atual presidente, foi motivo de uma das muitas gafes, em virtude do comentário veiculado pela mídia, de nosso Chefe de Estado, afirmando que [referindo-se a Windhoek, capital da Namíbia] “isso aqui nem parece ser a África”. O que conhecemos do continente africano, portanto, é pouco diante do que existe de modo efetivo, tanto nos países que possuem afinidade histórica com o Brasil, bem como nas demais regiões que, necessariamente, não possuem laços com nosso país. Conhecer as raízes de parcela significativa de nossa população, entender que, entre muitos “africanos”, há práticas e costumes familiares entre nós, é apontar para um Brasil melhor, respeitando as diferentes matrizes étnicas e culturais constitutivas de nossa nacionalidade. Como afirma Alberto da Costa e Silva:

28 Indicamos aqui quatro CDs que podem proporcionar um pouco desse imenso panorama que é o continente africano: *Afrique Centrale: Chants Kongo*, Musique du monde, Buda Musique, Paris. 85512-2, 1991; *Musiques du Burundi*, Musiques Traditionnelles, Fonti Musicali, Musée Royal de l’Afrique Centrale, Bujumbura, fmd 213,1997; *Maroc: Taktoka Jabalia*, Musique du monde, Buda Musique, Paris, França. 92723-2, 1998; *Congo Cérémonie du Bobé*, Radio France, Collection dirigée par Pierre Toureille, Paris, C560010, 1991.

O Brasil é um país extraordinariamente africanizado. E só a quem não conhece a África pode escapar quanto há de africano nos gestos, nas maneiras de ser e de viver e no sentimento estético do brasileiro. Por sua vez, em toda a outra costa atlântica podem-se facilmente reconhecer os brasileirismos. Há comidas brasileiras na África, como há comidas africanas no Brasil. Danças, tradições, técnicas de trabalho, instrumentos de música, palavras e comportamentos sociais brasileiros insinuaram-se no dia-a-dia africano.²⁹

3. A LEI 10 639: UM POUCO DE HISTÓRIA.

Diante do reconhecimento em torno da extrema diversidade do continente africano, aliado à afinidade histórica entre Brasil e África, faz-se necessário salientar que a lei 10.639/2003 é uma conquista para a Sociedade Brasileira. Um importante passo para a construção de uma sociedade mais harmônica no que tange às relações raciais foi dado. Resta-nos agora discutir a história dessa lei, entendendo-a como uma das muitas formulações do movimento negro brasileiro e, mais precisamente, pernambucano.

Ao longo dos anos 80, os militantes negros pernambucanos marcaram presença no cenário político nacional, ora propondo inovações políticas, ora formulando conceitos para o conjunto dos militantes negros do país. No início da década de 90, um grupo de homens e mulheres, organizados no Movimento Negro Unificado, iniciou as discussões a respeito da criação de mecanismos que possibilitassem o estudo do continente africano por parte de amplas camadas da população brasileira. Aproveitando-se do fato de que um

29 SILVA, Alberto da Costa e. *O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX*. Instituto de Estudos Avançados, 1994 apud: SERRANO Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D'África – a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Ed. Cortez, 2007, p. 15. Outra excelente obra que trata das semelhanças entre o Brasil e África pode ser visto em: SILVA, Alberto da Costa e. *Um Rio chamado Atlântico – A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Nova Fronteira, 2003.

destacado militante do grupo, José de Oliveira, desempenhava o papel de assessor parlamentar do então Deputado Humberto Costa, do Partido dos Trabalhadores, o MNU pernambucano encaminhou ao gabinete do referido parlamentar o projeto de lei que tratava da inclusão no currículo oficial da Rede estadual de Ensino, da História da Cultura Afro-brasileira.

O projeto foi apresentado pelo parlamentar em 18 de novembro de 1993, sob o número 948, e tramitou na Comissão Temática de Educação da Assembléia Legislativa. Dividido em dez artigos, acrescido de uma excelente justificativa da importância da lei, o projeto foi rejeitado por maioria dos parlamentares da casa, deixando certo ar de desânimo e frustração nos corações e mentes de antigas lideranças negras do Estado de Pernambuco. Segundo José de Oliveira, as discussões para a formatação do projeto foram encaminhadas por militantes considerados históricos pelo movimento negro atual e representou o ar de ousadia sempre presente na seção estadual do Movimento Negro Unificado.³⁰ O projeto foi apresentado no Congresso Nacional, em Brasília, no ano de 1995, pelo mesmo Deputado, que conquistara um mandato nas eleições proporcionais de 1994. Segundo Zé Oliveira, o projeto tramitou durante anos nas Comissões Temáticas de Educação do Congresso Nacional, e só ganhou visibilidade devido às pressões exercidas pelo conjunto das entidades do Movimento Negro Nacional. Observe o leitor que se passaram dez anos entre a primeira vez em que foi apresentado na Assembléia Legislativa, e a apresentação pelo Chefe do Executivo, para que o projeto fosse aprovado sob o número 10639.

30 José de Oliveira, mais conhecido como Zé Oliveira, é atualmente Assessor Técnico da CEHAB, Órgão do Governo que trata da formulação e implementação das políticas de habitação para o Estado de Pernambuco. Participaram das discussões para a construção da proposta desse projeto, dentre outros nomes, os Senhores Pedro Cavalcante, Lindivaldo Júnior, o próprio Zé Oliveira, além da Senhora Inaldete Pinheiro. Sobre o Movimento Negro Unificado pernambucano, ver: SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves. *Encontros e desencontros de um movimento negro*. Brasília: Fundação Palmares, 1994.

A lei estava aprovada, mas isso não significava garantias para que entrasse em vigor. Restava agora pressionar os Poderes Públicos para que a lei fosse posta em vigência. Em 2006, três anos após a lei ter sido aprovada, um advogado e militante negro, Humberto Adami, ingressou com uma representação junto ao Ministério Público, para que todos os donos e diretores de escolas dos níveis fundamental e médio do país inteiro fossem intimados para se pronunciarem a respeito do cumprimento da lei. Este ainda é um capítulo recente da História do Movimento Negro, e devo salientar que as audiências sobre esta representação ainda estão ocorrendo.

O que importa, nos argumentos arrolados, é o fato de que a História da África só foi aceita por força da lei, sob pressão organizada dos movimentos negros que, ao longo do século XX, denunciaram o Estado Brasileiro como racista e discriminador. Não é por demais lembrar que estou discorrendo a respeito de uma das maiores conquistas dos negros e negras de nosso país. E isto deve ser visto de forma extremamente positiva, em vista de ainda estarmos caminhando para a superação de problemas históricos envolvendo homens e mulheres que vivem sob as mesmas fronteiras de um país chamado Brasil, outrora conhecido como berço da democracia racial.

4. CONCLUSÃO: E AGORA? A LEI FOI APROVADA, COMO FAZER PARA ADAPTAR-SE A ELA?

Em algumas atividades voltadas para a formação continuada de professores e professoras do ensino fundamental e médio, percebi que os questionamentos em torno da lei 10.639 quase sempre se resumem à falta de materiais didáticos que subsidiem a prática pedagógica na sala de aula. Efetivamente devo concordar com alguns e algumas colegas sobre a precariedade de materiais didáticos. Considerando que uma boa leva de livros foi editada recentemente, creio que o próprio mercado editorial se encarregará de dar conta dos títulos que desmerecem a temática negra. Alguns títulos editados anos atrás foram condenados por diversos fóruns ligados à Educação, de-

vido às pressões exercidas por militantes negros, mas ainda assim é preciso que se façam esforços para que possamos dar aos nossos alunos o melhor em se tratando de livros e materiais didáticos.

A aprovação da lei representou um importante avanço para uma maior e melhor diversificação das ciências humanas brasileiras, indicando caminhos para os pesquisadores das diversas áreas da História, Antropologia, Sociologia e Ciência Política. O que se deve fazer agora é cumprir o papel de pesquisador, condição indispensável para o bom desempenho em sala de aula. Ir em busca de bons livros didáticos que dêem suporte para o exercício do magistério, quem sabe até mesmo escrevê-los, adaptando-os à diversidade de experiências da cultura afro-descendente no Brasil. Preparar boas aulas, construir pontes entre comunidades de afro-descendentes e as escolas é a segunda parte desta história a ser escrita por você, prezados leitor e leitora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAH, Ismael. **Muito longe de casa – memórias de um menino soldado**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

BOAHEN, A ADU (Coord.). **História Geral da África. A África sob dominação colonial. Volume VII**. São Paulo: Ática / UNESCO, 1991.

BRUNSCHWIG, Henri. **A partilha da África Negra**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

DIWAN, Pietra. **Raça pura – uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. Editora Contexto, São Paulo, 2007.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero, GLICK, Thomas (orgs). **A recepção do darwinismo no Brasil**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala. Introdução à História da sociedade patriarcal no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

FRY, Peter; et all (orgs). **Divisões Perigosas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007; FRY, Peter. **A persistência da raça – ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da África anterior aos descobrimentos**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

GOUREVITCH, Phillip. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias. Histórias de Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUERREIRO, Goli. **A trama dos tambores – a música afro-pop de Salvador**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

HANCHARD, Michael, George. **Orfeu e o poder – movimento negro no Rio e em São Paulo (1945 -1988)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos A.; MUNANGA, Kabengele; SCHWARCZ, Lilian Moritz. **Estudos e pesquisas – racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira**. Niterói: Ed. UFF, 1998.

HATZFELD, Jean. **Uma temporada de facões. Relatos do genocídio em Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEGEL, Wilhelm Friedrich. Introdução à história da filosofia in **Hegel – Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 316 – 392.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula. Visita à História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOCHSCHILD, Adam. **O Fantasma do Rei Leopoldo. Uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas – uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KI-ZERBO, J (coord). **História Geral da África I – Metodologia e Pré-História da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

KI-ZERBO, Joseph. **História da África negra. 02 vols.** Mem Martins (Portugal): Biblioteca Universitária, 2002.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando África? Entrevista com René Holenstein.** Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2006.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. Tempo e instituições, lógicas não-ocidentais em alguns maracatus-nação: da África ao Brasil, a homogeneização das diversidades. **Saeculum – Revista de História**, n.º. 11, vol. 2, 2004, p. 72 – 84.

LOPES, Ana Mónica e ARNAUT, Luiz. **História da África – uma introdução.** Belo Horizonte: Crisálida, 2005.

MACKENZIE, J. M. **A partilha da África 1880-1900.** São Paulo: Ática, 1994.

MACQUEEN, Norrie. **A descolonização da África Portuguesa. A revolução metropolitana e a dissolução do Império.** Mem Martins (Portugal): Editorial Inquérito, 1998.

MUNANGA, Kabengele. Identidade étnica, poder e direitos humanos. **Thot África**, n.º 80, 2004, p. 19 – 30.

MUNANGA, Kabengele. **O subdesenvolvimento e as desigualdades sociais no continente africano** in: SUCUMA, Arnaldo; FLORES, Elio Chaves (orgs). **Caminhos para o desenvolvimento: convênios e saberes para o século XXI.** João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

NASCIMENTO, Alexandre. **Ação afirmativa – da luta do movimento social negro às políticas concretas.** Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2006.

NIANE, D.T.(coord). **História Geral da África IV – A África do século XII ao século XVI.** São Paulo: Ática/UNESCO, 1988.

OLIVER, Roland. **A experiência africana – da pré-história aos dias atuais.** Jorge Zahar, Rio de Janeiro: 1994.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto anti-racista – idéias em prol de uma utopia chamada Brasil.** Rio de Janeiro: DP&a Editores, 2006.

PEREIRA, Amauri Mendes. **Por que estudar a história da África?** Cadernos CEAP, Rio de Janeiro, 2006.

PEREIRA, José Maria Nunes. **África um novo olhar**. Rio de Janeiro: Cadernos CEAP 2006.

PRIORE, Mary Del & VENÂNCIO, Renato Pinto. **Ancestrais. Uma introdução à História da África Atlântica**. Rio de Janeiro, Campus/Elsevier, 2004.

PRITCHARD, E. E. Evans. **Os nuer – uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1993.

RODRIGUES, José Honório. **Brasil e África – outro horizonte**. Civilização Brasileira, São Paulo, 1964.

SANTIAGO, Theo (org.). **Descolonização**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade**. In: **História da vida privada**, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 173 – 244.

SCHWARCZ, Lilian K. Moritz. **O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilian K. Moritz. **Usos e abusos da mestiçagem no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX**. Afro-Ásia, nº 18, 1996, p. 77 – 101.

SERRANO Carlos; WALDMAN, Maurício. **Memória D'África – a temática africana em sala de aula**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. **A enxada e a lança. A África antes dos portugueses**. São Paulo/ Rio de Janeiro: EDUSP/Nova Fronteira, 1992.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo. A África e a escravidão, de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Alberto da Costa e. **Francisco Félix de Souza – Mercador de escravos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

SILVA, Alberto da Costa e. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. Instituto de Estudos Avançados, 1994.

SILVA, Alberto da Costa e. **Um Rio chamado Atlântico – A África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Nova Fronteira, 2003.

SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília: Fundação Palmares, 1994.

SILVEIRA, Oliveira. **Vinte de novembro: história e conteúdo**. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). **Educação e ações afirmativas – entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: 2003, INEP/MEC, p. 21 – 42.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia – raça, gênero e nação na América Latina**. Ed. Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.

THORTNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400 – 1800**. Rio de Janeiro, Elsevier Editora, 2004.

WESSELING, H. L. **Dividir para dominar. A partilha da África 1880-1914**. Rio de Janeiro: UFRJ / Revan, 1998.